

ÍNDIOS KULINA E SERVOS DE MARIA HISTÓRICO DE UM DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E CULTURAL

Romeu Vitor Bitencourt¹

RESUMO

O contato entre indígenas e grupos religiosos tem sido a miúdo tratado a partir de um olhar comum e estereotipado acerca dessa abordagem majoritariamente europeia. Entre o final do século XIX e o início do século XX chegam ao estado do Acre os padres Servos de Maria. Os religiosos embrenharam-se nas matas próximas aos rios Juruá e Purus e entraram em contato direto com os grupos de índios Kulinas que aí habitavam. Inseridos num contexto histórico de perseguições indígenas tendo em vista a extração do látex, essas duas culturas irão aprender a conviver e respeitar suas diferenças. Ainda nesse contexto a presença do Pe. Paolino Baldassari, italiano radicado no Brasil há mais de sessenta anos, representa ainda hoje as características desse contato entre os índios kulina e os religiosos Servos de Maria.

Palavras-chave: Índios Kulina. Servos de Maria. Contato indígena. Indígenas acreanos. Pe. Paolino. Madijá.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende, de antemão, analisar o contato entre os índios Kulina e os primeiros religiosos europeus, mais precisamente na primeira metade do século XX. Contextualizar uma história indígena sempre se torna uma tarefa onerosa do ponto de vista histórico, se pensarmos na própria concepção de tempo e história desenvolvida e compreendida pelos povos indígenas. Independente das limitações acadêmicas, a intenção primeira desse trabalho é identificar pontos históricos que nos possibilitem entender o contato e compreender as perspectivas desse encontro.

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e professor de Filosofia e Sociologia do Colégio Servos de Maria de Turvo-SC. E-mail: rosmeu@hotmail.com.

Antes de entrar propriamente no debate do encontro faz-se necessário esboçar uma introdução sobre a presença da Igreja Católica na formação histórica do Brasil. A partir desses elementos é possível tratar de um determinado contato, mais perto do nosso século, mas não menos importante.

O processo de encontro foi, sem dúvida alguma, um retrocesso na manutenção das culturas nativas. Darcy Ribeiro, a pedido da UNESCO, publicou um livro, fruto de uma pesquisa iniciada em 1952, a respeito das relações entre brancos e índios.

A denúncia era dramática: 87 grupos indígenas haviam deixado de existir entre 1900 e 1957. O prenúncio não era menos assustador: o processo de incorporação do índio a sociedade nacional não resultaria na assimilação do índio [...] mas na transfiguração étnica (MEC, 2001).

No que concerne aos encontros entre índios e religiosos no último século, uma realidade mais branda é encontrada na literatura existente. Mais que isso, não são raros os testemunhos de religiosos que perderam a própria vida na defesa dos nativos, ou em busca de melhores condições de vida para os povos indígenas, assunto esse tratado com mais afinco no desenrolar desse trabalho.

O foco principal desse trabalho, a priori, é o povo Kulina, grupo indígena do tronco Arawá. Até a chegada dos brancos os Kulina foram um dos grupos mais numerosos do estado do Acre e do sul do Amazonas. Os Kulina se auto denominam *madija* (lê-se madirrá) que significa “os que são gente”.

É essa “gente” que será contatada pelos brancos no final do século XIX. A partir do século XX os Kulina serão alvo dos seringueiros e madeireiros; o contato se dará, assim, nos moldes já conhecidos. É a partir do contato com os madeireiros e seringueiros que a figura dos religiosos (missionários europeus) estabelecerá um contato mais intenso com os Kulina, a fim de levar a mensagem cristã para esses povos “pagãos”.

A presença da Igreja Católica em território brasileiro

Os primeiros religiosos a chegarem a no Brasil foram os conhecidos Jesuítas. Os Jesuítas, fundados por Inácio de Loyola, eram conhecidos pela fidelidade à coroa portuguesa no processo de colonização. Durante os governos gerais, estabeleceram-se territórios particulares (sesmarias) as quais deveriam, entre outras coisas, expandir a fé

cristã. Coube, pois, aos Jesuítas a tarefa de expansão. “Até 1580, a companhia de Jesus tinha exclusividade na atividade evangelizadora” (SABEH, 2009, p. 2). Os Jesuítas era a ordem religiosa oficial da coroa portuguesa e se especializaram em três áreas de atuação nas colônias portuguesas: missão, educação e pastoral.

O contato com os nativos brasileiro foi, num primeiro momento, pacífico, à base do escambo. A inércia indígena diante do desconhecido privilegiou os cristãos do velho mundo que conseguiram instituir sua doutrina sem maiores problemas. O fato dos índios pouco entenderem ou ignorarem por completo a doutrina e os preceitos cristãos é importante para entender os primeiros assaltos jesuítas.

A motivação desse apelo para a vinda de religiosos do além-mar era dupla: em primeiro lugar, porque a ereção de um convento dava prestígio à localidade, facilitando assim a promoção de um povoado à categoria de vila e, por seu turno, permitindo que uma vila pudesse receber o título de cidade. (AZZI, 2008, p. 35)

É importante levar em conta o contexto histórico pelo qual a Igreja Católica está passando na Europa. O século XVI reservou ao mundo cristão um episódio sem precedentes, a reforma protestante. Após a eclosão da reforma, o catolicismo perdia espaço e adeptos em toda a Europa. Muitas viagens para além-mar foram financiadas pela própria Igreja Católica, a fim de encontrar aqui, no novo mundo, novos adeptos, e dar continuidade assim ao seu *modus operandi* já difundido e assimilado na Europa. Era um meio, pois, de garantir uma gama de fiéis que se havia perdido na última metade de século por conta da reforma.

A presença da Igreja na história de colonização portuguesa no Brasil foi importantíssima. “As análises de conjuntura refletem a autoconsciência histórica da Igreja no Brasil. A legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil é o resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil, desde 1500” (AZEVEDO, 2004, p. 111). Subordinada ao Estado, a Igreja funcionava como um instrumento de dominação social, política, econômica e cultural.

De 1549, ano da chegada dos jesuítas no Brasil, em diante, muitos outros religiosos desembarcaram por aqui, fixando morada principalmente nas regiões litorâneas. “A crise desse modelo é iniciada, simbolicamente, em 1759, com a expulsão dos jesuítas e com a progressiva hegemonia da nova mentalidade racionalista e iluminista” (AZEVEDO, 2004, p. 111). Após esse período outras ordens religiosas

tradicionais desembarcam em solo brasileiro, como é o caso de carmelitas, capuchinhos, oratorianos, entre outros. Os Servos de Maria vão fazer parte de outro momento histórico, mais recente, já no contexto de República.

Kulina: uma visão histórica

Das tribos que ocuparam as margens dos rios Juruá e Purus uma grande parte se extinguiu antes que fosse possível qualquer tipo de documentação. Sobre esses povos “só se conhece a crônica das violências de que foram vítimas – crônicas, aliás, quase idênticas, pois os mesmos fatos se repetiram com uma tribo após a outra” (RIBEIRO, 1996, p. 59). Essas conhecidas e trágicas histórias de ocupação configurou, no leito dos rios já citados, uma caçada aos índios. Caçada essa que buscava mão-de-obra para os seringais e para a prostituição caseira que contemplava os desejos dos senhores da borracha.

Os Kulina têm contatos com grupos não indígenas há mais de 150 anos. Os contatos, contudo, ficaram intensos no final do século XIX quando uma leva de nordestinos, sobretudo cearenses, foi levada pelo governo federal para trabalhar na extração do látex. Os senhores do látex, como eram chamados os grandes produtores de borracha, organizavam as chamadas “correrias”, expedições destinadas a matar grupos indígenas que dificultassem a exploração do látex. É nesse contexto que uma grande quantidade de Kulinas foi morta; os que não padeceram nesses episódios fugiram para regiões hostis, muitas vezes levando doenças “brancas” mata à dentro.

Essa intervenção sofrida pelos Kulina nos primeiros contatos com os brancos se estendeu também à sua cultura, religião e costumes. Inclusive nos últimos anos esse tipo de contato acontece, embora de modo mais sutil, de modo a “amansar” essa cultura tradicional e dispô-las à cultura não indígena, como é possível ver nesse poema de um descendente Kulina:

Para todos que caminham
na longa estrada da vida,
queria ao menos um
século para o dia da partida,
mas Deus é quem determina

porque é sua guarida
Quero ver nossa Reserva
em boa concentração,
feliz por todos ganharem
um pedacinho de chão,
pra garantir o futuro,
vida de nossos irmãos.
(RAMOS, 2004, p. 21)

Um dos pontos importante quando se fala em contato entre brancos e índios é o fato de que os brancos, por convenção, definem ou diferenciam os índios entre bravos e mansos. Atualmente essa distinção dicotômica ainda é usada, não só pelos brancos, mas também pelos próprios indígenas, na tentativa de serem aceitos de forma mais fácil pelo homem branco. Essa classificação é um sinal da agressividade cultural exercida pelos brancos no contato com os brancos. Os kulina, depois do contato com os primeiros imigrantes nordestinos, foram abrigados aos galpões da borracha ou dispersados na mata. Dos que foram absorvidos pelo capitalismo dos seringais pouco sobraram, ficando relegados a título de descendência. Quanto aos que preferiram manter sua cultura que os territórios, ainda hoje habitam as regiões mais longínquas dos rios Juruá e Purus.

As exigências econômicas de um novo Acre, recém-atrelado ao território brasileiro, continuaram sendo motivo para expulsar os indígenas de suas terras a fim de intensificar a extração do látex.

O crescimento vertiginoso da indústria de automóveis exigia uma constante produção de matéria-prima e, em apenas um ano – 1901 – as florestas acreanas forneceram 47 mil toneladas de borracha, correspondente a 60% da produção amazônica. O afluxo de brasileiros de brasileiros cresceu a olhos vistos (VIEIRA, 2008, p. 32).

Esse movimento, econômico na sua gênese, faz com que os povos indígenas procurassem novos lugares para viver. Na busca por um novo local as tribos afetadas pelas correrias, e entre elas os Kulina, entram em conflito com outras tribos mais interioranas.

Este foi o caso, por exemplo, dos ‘arrasadores’ ataques feitos pelos Kulina (Madijá) a já reduzidos núcleos de famílias Katukina e 84 Kapanawa no

médio rio Tarauacá; do acirramento dos conflitos entre vários grupos Pano nas cabeceiras do rio Envira; e dos roubos que supostamente os Kulina realizavam nas plantações dos Kaxinawá no alto rio Murú (IGLESIAS, 2008, p. 84).

Tronco linguístico

Sobre a família linguística dos Kulina, eles pertencem à família Arawá, e foram, certamente, o maior grupo de índios da região do Acre e sul do Amazonas antes da chegada do homem branco. Falam, majoritariamente, a língua Kulina, e no processo histórico de contato tentaram ao máximo conservar a sua língua. É possível encontrar alguns índios que falam o português (ou espanhol), mas estes são raros e frutos de um processo de exploração dos padrões dos seringais. Nas aldeias próximas aos aglomerados urbanos alguns núcleos indígenas conseguiram se adaptar, ainda que à força, a dinâmica do homem branco, e nesses locais os índios mais jovens vêm se preparando para trabalhar nas escolas indígenas. O processo de contato explica o baixo número de índios atualmente. Os últimos dados, do ano de 2002, davam conta da existência de 2500 indígenas, aproximadamente, no leito dos rios Juruá e Purus.

Disposição social

O *modus vivendi* dos kulina é bastante interessante, nos apresenta um modo diferente de organização social e que consegue resistir ainda hoje aos vários contatos com o homem “civilizado”. Os Kulina se autodenominam *Madija* ou *Madiha* (lê-se madirra). Esse termo, “por um lado é usado para todos os ‘caboclos’ (o que inclui outros índios) em oposição aos *kariá* (ou ‘cariús’), ou seja, os ‘brancos’. Além disso, ele é também a autodenominação inclusiva para todos os Kulina, em oposição a outros índios vizinhos (kaxinawa, jamamadi, kanamari, etc) e demais estrangeiros” (GORDON, 2006, p. 86).

Os kulina costumavam morar antigamente em grandes malocas feitas de palha, como é tradicional nos grupos arawá. Recentemente adotaram o típico modelo de habitações desenvolvido pelos seringueiros, feitos de madeira e, geralmente, reservadas a pequenos grupos familiares.

Os pertencentes a um grupo se definem como um *madija* específico, uma espécie de condição de pertencimento que passa de geração em geração dentro de um determinado grupo Kulina. A criança herda o *madija* dos pais e pode passar adiante para

seus filhos e netos. Isso possibilita um *madija* saia de seu grupo e se junte a outra pessoa. Assim, numa mesma aldeia, podemos encontrar mais de um *madija*.

Os papiris, como são chamadas as casas mais atuais dos Kulina, servem não só para moradia, mas também para guardar armas, instrumentos de trabalho e armazenamento de alimentos. Essas construções abrigam em torno de 20 pessoas que vivem em torno da figura do patriarca, até que chegue a idade de construírem as próprias habitações e aí gerar um novo núcleo familiar.

Vários são os desdobramentos sociais existente nesses complexos grupos de Kulina. A intenção primeira desse trabalho, entretanto, não nos deixa demorarmos em pormenores. Basta que tenhamos em mente os desdobramentos históricos levantados até aqui, suficiente, sem dúvida, para entender o contato com o religioso missionário que veremos a seguir.

O contato entre Kulinas e Servos de Maria

A Ordem dos Servos de Maria, ou Servitas, é uma ordem religiosa nascida no século XIII, em Florença na Itália, e se destacou ao longo do tempo por não ter um carisma próprio de atuação. Diferente dos Jesuítas que se ativeram à educação, dos Capuchinhos que se dedicaram à missão e das Carmelitas que se dedicaram a cuidar dos doentes, os Servos de Maria trabalham em várias frentes, todas elas caracterizadas por serem de extrema urgência social; pobres, leprosos, drogados, estrangeiros, etc..

No Brasil a OSM (Ordem dos Servos de Maria) chegou no início do século XX, no estado do Acre, “quando o papa Bento XV, com a bula *Ecclesiae universae regimen*, criava a Prelazia do Alto Acre e Alto Purus” (BENASSI, 1990, p. 263). E essa chegada coincidiu com as grandes mudanças políticas que ocorriam na região norte do país, principalmente a escolha de Rio Branco como capital do Acre em 1920.

Num primeiro momento os frades se deslocaram a Sena Madureira, uma pequena cidade mais evoluída naquele território hostil.

A situação global que se oferecia aos frades recém-chegados não era nada rósea; [...] os fiéis – uma exótica amalgama de migrantes nordestinos, aventureiros de todo tipo e alguns indígenas – tinham escassa formação doutrinal e viviam uma religiosidade sentimental, com muitas superstições e poucas exigências morais. (VIEIRA, 2008, p. 32)

As condições de vida encontrada pelos padres nesse Brasil nascente não era nada animador. As igrejas não provinham de bancos, paramentos, condições mínimas para as práticas religiosas. As atividades iniciais se resumiam nas desobrigas – investidas fluviais que levava os padres ao interior do território amazônico com o intuito de dar os sacramentos a quem encontrassem – tirando assim a ‘obrigação’ que todo iniciado na religião cristã carrega consigo. Esse período “significou a época da sacramentalização. Era a época das grandes desobrigas nos seringais, como a romanização e a sacramentalização, Apostolado da Oração, Vicentinos, Filhas de Maria, batizados, confissões, missa e comunhão” (COSTA DE FARIA, 2002, p. 25).

Os primeiros contatos com os índios e os Servitas foram amigáveis. Os índios, que há tempos sofriam as intervenções das correrias, encontraram nos padres a oportunidade de almejar melhores condições de vida. Embora os contatos tenham um lugar comum na história, é possível entender e extrair desses desdobramentos algo a mais que simples conceitos já estabelecidos.

O trabalho feito pela OSM junto às comunidades indígenas do Acre é de suma importância e extrema relevância para a história do povo local. As primeiras atividades desenvolvidas estavam ligadas à colégios, leprosários, paróquias, hospitais e creches. A partir da metade do século XX, com a chegada de jovens padres italianos, a OSM desenvolveu uma atividade mais próxima às comunidades do alto Juruá e Purus.

A criação de escolas indígenas, encabeçadas pelos padres Servos de Maria foi talvez o ofício mais difícil de ser concretizado. Num primeiro momento a negativa dos indígenas foi um impeditivo importante para o sucesso dessa tentativa.

As primeiras tentativas de uma escola bilíngüe foram feitas, sob responsabilidade da Igreja, com os manchineris, no rio Iaco, e com os kulinas – e sob responsabilidade da Funai, com os kaxinawás, no rio Purus. De início não deram muito certo, em especial com os kulinas, para quem saber ou não saber as coisas pouco importava, diante de conhecer a mata, caçar e pescar (CLARO, 2007, p. 44).

A necessidade de se comunicar com o homem branco acabou por amolecer a resistência indígena. Atualmente a presença de escolas nas aldeias já são bastante comuns. As aulas já estão incluídas no modo de vida indígena, embora nem todos tenham acesso dentro da tribo, visto que “as mulheres devem ocupar-se dos afazeres da família”. (CLARO, 2007, p. 44).

Religiosamente falando, não foi fácil estabelecer contato com os Kulina. Existiam dois problemas que travavam o contato religioso. Os kulinas não entendiam a religião como uma instituição estabelecida, hierarquizada estaticamente como a religião cristã que se apresentava. Em segundo, os próprios Kulina não entendiam como a cultura, vista por eles como dominante, pudesse querer dialogar com eles, ainda mais em termos religiosos.

Os impasses só serão sanados quando a sensibilidade cultural dos religiosos falarem mais alto. De modo geral a religião será mantida pelos Kulina, embora a presença do branco frente a vulnerabilidade indígena invadir a integridade religiosa Kulina.

Pe. Paolino Baldassari: pai Paolino

A figura destacada a partir de agora representa não só uma liderança entre os povos indígenas do Acre senão uma liderança para todo o povo acreano. Trata-se de Paolino Baldassari, 86 anos de idade dos quais apenas 26 foram vividos na sua terra natal, Itália. Há sessenta anos no Brasil, Paolino, que é padre da Ordem dos Servos de Maria, desenvolve há mais de meio século atividades sociais junto às comunidades de seringueiros e indígenas no interior do estado do Acre.

A emblemática figura do Pe. Paolino reúne em si boa parte da história do Acre. Segundo o Pe Paulino, no entanto, essa história está cada vez mais triste e obscura. Numa entrevista ao jornal *Gazeta do Acre*, frei Paolino afirma que as comunidades indígenas estão sofrendo pelos males do povo branco. Diante das ofensivas dos seringueiros, frei Paolino procurou outras formas de amenizar essa ofensiva, embora as saídas encontradas pelo religioso não deixam de agredir a cultura indígena. Vejamos trechos dessa entrevista:

Padre, o que o senhor anda fazendo?

O meu trabalho continua sendo muito variado. Continuo fazendo aquele trabalho antigo, das longas viagens pelos rios, que são conhecidas como desobrigas.

Qual foi sua última viagem?

Foi uma viagem às comunidades indígenas dos kulina e dos kaxinawa no Alto Purus.

Como estão essas comunidades?

Pode-se dizer que teve um progresso também lá, mas a gente não chegou mesmo a conservar a própria cultura e torná-los independente das más influências. O alcoolismo predomina e estragou muito o trabalho que fiz.

A que o senhor atribui isso?

À ganância. Eu dei às comunidades indígenas, com dinheiro dos meus amigos da Itália, um pouco de gado. O gado estava prosperando e uma das comunidades chegou a ter 54 cabeças. Neste ano, constatei que havia apenas cinco cabeças de gado. O resto, venderam tudo em troca de álcool. Não foi em troca de cachaça, mas de álcool mesmo, o que é ainda mais grave. Claro que me sinto um pouco triste por causa disso, mas pode haver uma recuperação.

Como ocorre essa ganância?

Vendem uma caixa de álcool por um boi. Como o litro de álcool custa R\$ 1,00, o lucro é estrondoso. Constatei lá o embarque de três cabeças de gado e em troca tinham dado aos índios um toca-disco velho e álcool. Diante disso, não quis permanecer lá com eles. Já estou muito velho. Eu trabalhava com eles no roçado, em tudo o que eles faziam. Imaginava que eles já tinham uma certa possibilidade de independência.

O senhor evangeliza ou entende que os índios devem seguir com a cosmogonia ou mitos imemoriais?

O evangelho pode viver na cultura indígena. Com os kulina eu dava e eles me davam, especialmente no sentido comunitário. Trabalhávamos, pescávamos e brincávamos juntos. Isso aqui já são qualidades evangélicas. Isso se estendia ao sentido da família, ao respeito da criança. Nunca vi um kulina bater numa criança. Os kulina fazem o fogo para assar macaxeira, carne, peixe. Eu vi uma criança se aproximar do fogo e queimar o dedo ao tentar pegar um pedaço de peixe. Ela correu para a mãe a chorar. Sabe qual foi a reação da mãe? Pediu que a criança fosse buscar o pedaço de peixe novamente. A criança foi buscar e se queimou novamente. Voltou chorando para a mãe, que outra vez recomendou que a criança fosse retirar o pedaço de peixe. Então a criança não foi mais ao fogo. Ela estava ensinando que a criança deve aprender com a experiência da vida. Ela fez isso sem bater e sem frustrar.

O senhor alguma vez já tomou ayahuasca durante essas suas andanças pelas comunidades indígenas?

Não, porém vi várias vezes eles tomarem a ayahuasca. A bebida, em certa quantidade, pode ser um remédio. Não tomei porque obedeco ao meu bispo senão eu tomava mesmo. Do jeito que eu comia morcegos, ratos, macacos e jacarés, assim eu teria tomado a ayahuasca com os índios para ter uma idéia de como é (GAZETA DO ACRE, 2005).

Num recente relatório da Comissão interamericana de Direitos humanos faz menção ao trabalho de frei Paolino destacando a pressão sofrida pelos defensores dos povos indígenas. A comissão teria recebido informações de que frei Paolino, diante de ameaças de seringueiros passou a receber proteção do Governo Estadual (CIDH). A presença de Pe. Paolino pode ser definida a partir da alcunha utilizada pelos moradores de Sena Madureira, que o chamam de *Pai Paolino*.

Considerações Finais

Ao encerrar a proposta inicial deste trabalho, considerando os elementos revistos que dizem respeito à história de um povo específico em contato com uma cultura extremamente diversa, fica claro que tanto uma quanto outra cultura foram primordiais para a formação não só de um povo, mas um estado constituído que, ao longo de sua breve existência, sempre se mostrou através de lutas e movimentos populares.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dermi. A Igreja católica e seu papel político no Brasil. **Estud. av.**, v.18, n. 52, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009>. Acesso em: 07 de nov. 2013.

AZZI, Riolando. **A Igreja na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

BENASSI, Vincenzo; DIAS, Odir J.; FAUSTINI, Fasutino M. **Breve história da Ordem dos Servos de Maria**. Roma: OSM, 1990.

CIDH. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/Pag%206-1.htm>>. Acesso em: 03 de nov. 2013.

CLARO, Milton. **A Amazônia que não conhecemos**. São Paulo: Ordem dos Servos de Maria, 2007.

COSTA DE FARIA, Ana. **Catolicismo popular, comunidades eclesiais de base (CEB's) e movimento social: o caso da reserva extrativista cazumbá-iracema**. Goiânia, 2002. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=254>. Acesso em: 03 de nov. 2013.

Entrevista cedida ao Jornal Gazeta do Acre em 21 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com.br/2005/08/uma-tristeza.html>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

GORDON, Flávio. **Os Kulina do Sudoeste Amazônico: História e Sociedade**. Rio de Janeiro: PPGAS-MN UFRJ, 2006.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxianawa de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no alto Juruá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

RAMOS, Raimundo de Freitas (Org.) et al. **Histórias de um matuto da floresta**. Campinas: UNICAMP/IFCH/CERES, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SABEH, Luiz Antonio. **Colonização Salvífica: os Jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)**. 2009. 155p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Índios no Brasil**. Vol 1. Brasília: MEC, 2001.

VIEIRA, Frei Dilermando Ramos. La provincia OSM del Brasile. In: **La Storia dei Servi di Maria in America Latina**. Roma: OSM, 2008.